

■ ARTIGOS

■ Quem faz o patrimônio? Considerações sobre os Inventários Participativos em Ceilândia - Distrito Federal

 Ana Carolina Lessa Dantas *
Vinicius Prado Januzzi **

Resumo: A partir da publicação do livro *Athos colorindo Brasília*, em 2018, a Superintendência do Iphan no Distrito Federal iniciou uma coleção de obras literárias intitulada Patrimônio para Jovens. As publicações, que têm como foco os alunos do ensino básico distrital, buscam apresentar conceitos associados à educação patrimonial e à preservação dos bens coletivos. Tendo o primeiro volume versado sobre o Plano Piloto de Brasília, optou-se, para a construção do segundo, tratar dos patrimônios de outra Região Administrativa, Ceilândia. Neste trabalho, objetivamos discorrer brevemente sobre o processo de construção coletiva desta obra, orientado pela utilização dos Inventários Participativos, instrumentos metodológicos desenvolvidos pelo Iphan. Mais do que apenas registrar a experiência e o percurso objetivamente adotados, propusemos a comentar temas que emergiram neste ínterim e que desafiam as definições convencionais de patrimônio cultural.

Palavras-chave: Brasília. Ceilândia. Patrimônio material. Patrimônio imaterial. Educação patrimonial. Inventários Participativos.

* Ana Carolina Lessa Dantas é analista de Patrimônio Cultural na Superintendência do Iphan no Distrito Federal e mestrande em Direito na Universidade de Brasília (UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5695614767915056>. Contato: anacarlinaldantas@gmail.com.

* Vinicius Prado Januzzi é antropólogo na Superintendência do Iphan no Distrito Federal e doutorando em Antropologia Social na Universidade de Brasília (UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9429679094567153>. Contato: vpjanuzzi@gmail.com.

Introdução

Com muitos pontos turísticos, com muitas tradições
Cultura, dança, música, venha para a Ceilândia
Conhecer nossas evoluções
Domingo tem roda de capoeira
Para alegrar a nossa feira
Na Praça da Bíblia com minha família
Mandei muito na batalha de rima
Ao lado da feira tem a Caixa d'Água para você apreciar
Tirar uma selfie com a família e postar!

Em 2018, a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Distrito Federal, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, publicou a primeira edição do livro *Athos colorindo Brasília*. A publicação surgiu em decorrência das comemorações do centenário de nascimento do artista carioca, cuja celebração envolveu, ainda, a produção do *Inventário do Conjunto da Obra de Athos Bulcão em Brasília*.

A iniciativa, de início prevista para abranger universo menor de escolas públicas do DF e Entorno, foi muito bem recebida pela comunidade escolar. O caráter lúdico da obra e o seu conteúdo interativo, com jogos e brincadeiras para crianças, possibilitaram a docentes do nível fundamental trabalhá-la de diversas formas e em inúmeras disciplinas – desde artes à geometria.

A publicação, no entanto, embora liste bens culturais registrados pelo Iphan no Distrito Federal, e outros bens de relevância patrimonial no território distrital, possui escopo muito direcionado aos bens tombados do Plano Piloto e ao Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado pelo Iphan desde 1990. Como bem sabemos, as escolas públicas, ainda que localizadas no Plano, recebem estudantes de todo o Distrito Federal e Entorno, sendo esse, a bem da verdade, seu maior público. Logo, como pudemos constatar ao longo do processo de recepção da obra, o conteúdo, ainda que dissesse muito a respeito de Brasília e da sua história, bem pouco dizia sobre a realidade local e comunitária de suas leitoras crianças.

Com esse questionamento em mente, a equipe da Superintendência decidiu fazer da experiência exitosa de *Athos colorindo Brasília* a primeira de uma série, agora intitulada *Coleção Patrimônio para Jovens*. Anualmente, planejava-se, a Superintendência publicaria um livro sobre cada uma das cidades distritais, com foco em suas histórias e em seus patrimônios locais.

Diferentemente do que ocorreu com *Athos*, em que boa parte do conteúdo foi produzido pelo corpo técnico, em gabinete, a ideia agora era substancialmente distinta. Em vez de escrever *sobre* o que é considerado patrimônio local a partir de olhar distanciado, de fora e longe (MAGNANI, 2002), a premissa é outra: é a própria comunidade de referência quem produziria conteúdos

e formataria as publicações dali em diante. Trata-se, singularmente, de outra concepção acerca do patrimônio: menos relacionada às escolhas e rotinas burocráticas e mais próxima dos que o vivem e constroem.

Nessa linha, fizemos uso de ferramenta relativamente recente do Iphan: os *Inventários Participativos*. Nas próximas páginas, discorreremos sobre o início dessa experiência, ainda em andamento. Dividimos nosso relato em três partes: a primeira, em que descrevemos as principais bases dessa ferramenta institucional; a segunda, em que pautamos os caminhos percorridos até aqui para a escrita da segunda edição da *Coleção Patrimônio para Jovens*; e a última, na qual destacamos aprendizados obtidos até agora e rumos possíveis para a obra.

Inventários Participativos, uma ferramenta plural

A Constituição Federal de 1988, ao tratar dos direitos culturais em seus artigos 215 e 216, prevê a responsabilidade do Poder Público de criar condições para a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, entendido em sua dimensão material, imaterial, arqueológica e natural. No texto constitucional, reconhece-se, também, o caráter plural da sociedade brasileira e a necessidade do Estado de firmar políticas de valorização e de difusão de suas diversas manifestações culturais.

Neste sentido, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se encarrega não apenas de identificar e de garantir a preservação dos patrimônios culturais brasileiros, mas compreende ações mais abrangentes e estruturantes de difusão e de educação patrimonial.

A educação patrimonial pode ser compreendida como um conjunto de processos educativos, formais ou não, que têm como objeto o patrimônio cultural socialmente apropriado (IPHAN, 2012). Seu escopo não se resume ao esclarecimento de conceitos ou à promoção do órgão; procura-se, antes, o estabelecimento de um recurso à compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e sua preservação (IPHAN, 2016).

Em atenção a este princípio norteador, o Iphan instituiu a Portaria nº 137/2016 que identificou, em ser art. 3º, enquanto diretriz da educação patrimonial, a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde e desenvolvimento urbano.

Além disso, firmou-se como um dos traços característicos da educação patrimonial promovida pelo Iphan a busca pela construção coletiva de significados e de políticas. Este processo demanda, necessariamente, a escuta das comunidades que estão em

torno do – e que produzem o – patrimônio. Nas palavras de Florêncio (2019):

O que se almeja é a construção coletiva das ações educativas, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local e, também, produtora de ações educativas fortemente adequadas às especificidades de seus territórios. É necessário, aqui, substituir a noção de público-alvo das ações educativas para a de público participante. Somente com uma construção coletiva e participativa dessas ações é que se pode alcançar eficácia e efetividade em seus objetivos (p. 62).

Esta compreensão encontra ressonância nos textos de referência do ensino básico do Distrito Federal, estando a educação patrimonial prevista no Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2018) enquanto tema transversal aos conteúdos programáticos do 1º ao 9º anos do Ensino Fundamental. O currículo aponta objetivos que vão desde “conhecer os monumentos/pontos turísticos do Distrito Federal a fim de despertar o sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural e ambiental das regiões administrativas” (p. 63) a “conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio cultural brasileiro e de outros povos, posicionando-se de maneira crítica contra qualquer discriminação baseada em diversidade cultural, social, étnica, de gênero, crença, religião ou de qualquer natureza” (p. 67).

A educação patrimonial é um conceito estritamente atrelado, portanto, à ideia de participação comunitária ampliada na definição e na preservação de valores, lugares e celebrações consideradas culturalmente relevantes. É por meio dessa conjugação de diferentes atores e, sobretudo, da ação daqueles para os quais determinada referência cultural é proeminente, que a dimensão pedagógica patrimonial se constitui enquanto política pública.

Partindo daí, e tendo como premissas a participação, a pluralidade e o pertencimento, a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), à época, desenvolveu os Inventários Participativos, que são instrumentos voltados para identificar e documentar o repertório de referências culturais que constituem o patrimônio da comunidade, do território em que ela se insere e dos grupos que fazem parte dela (IPHAN, 2016).

A atividade de inventariar a que se faz referência aqui consiste em um amplo processo de pesquisa, em fontes variadas (entrevistas com pessoas mais velhas da comunidade, busca em documentos, visitas ao campo etc.), que resulta na produção de diferentes listagens. Essas listas, embora não sejam exaustivas, procuram abarcar o maior número possível e a mais extensa diversidade de referências culturais para determinada localidade. Nos termos institucionais do Iphan, são os

lugares, os modos de fazer, os saberes e as celebrações; não obstante, é perfeitamente possível que os grupos que produzem um inventário não se sintam referenciados exatamente por essas categorias.

A premissa de um inventário participativo é, pois, a produção colaborativa de um agrupamento comum de referências culturais, histórica e socialmente situadas, a ponto mesmo de ser possível flexibilizar sua categorização e seu detalhamento. Partindo daí, desenhamos a abordagem a ser feita para garantir a melhor aproximação possível entre a Superintendência do Iphan, os professores da Regional de Ensino de Ceilândia e a comunidade – sobretudo jovem – ceilandense.

A cidade é uma só?²

Em maio de 2019, com o objetivo de iniciar a produção do segundo volume da *Coleção Patrimônio para Jovens*, a Superintendência do Iphan no DF procurou técnicos da Secretaria de Estado de Educação (SEEDF), por meio de sua Gerência de Educação Ambiental, Patrimonial, Língua Estrangeira e Arte-Educação (GEAPLA), para estreitar laços em torno da iniciativa e, principalmente, para definir rumos possíveis para a publicação pretendida. Estabeleceu-se, após uma série de conversas institucionais, que o lócus do livro seria Ceilândia, cidade mais populosa do Distrito Federal e com o maior número de unidades educacionais do território distrital.

Desde o início, sabia-se que o projeto teria que seguir caminho diferente do trilhado em *Athos colorindo Brasília* (2019), isto é, a produção de uma obra sobre a cidade deveria extrapolar os limites da burocracia pública e deveria abranger a diversidade histórica e social de Ceilândia. Definiu-se que estudantes das escolas públicas seriam os participantes do livro, por motivos que se mostraram, ao longo do processo, extremamente pertinentes: se a Coleção tem como público a comunidade escolar, deveria ser esta a pensá-lo, a concebê-lo e a construí-lo.

Foram convidadas possíveis escolas interessadas em participar do projeto, cobrindo-se várias regiões de Ceilândia. Puderam participar dos Inventários Participativos em Ceilândia quatro escolas e uma organização da sociedade civil: CEF 27, EC 66, CEM 03, CED Inkra 09 e Associação Despertar Sabedoria no Sol Nascente. Com professores e professoras dessas escolas, amparados pelo aval de suas respectivas Coordenações Pedagógicas, foram realizados encontros de formação, de alinhamento e de diálogo em torno de atividades desenvolvidas. Cada docente teve autonomia para definir que ações iriam realizar e quais parceiros seriam procurados.

O Programa Jovem de Expressão, com sede na Praça do Cidadão, também foi parceiro comum desde o

início, pela proximidade com o público participante e pela expertise na produção e na edição de conteúdo audiovisual. Ao todo, o grupo que vem construindo o livro se reuniu em dez ocasiões³. O projeto somou, em suas diferentes atividades, a participação continuada de cerca de 200 estudantes.

Neste trabalho, nosso intuito é, para além da divulgação da ferramenta dos Inventários, refletir sobre algumas das situações vividas entre os participantes da construção do livro. Ambas dizem respeito ao viver em cidade, ao que pode (ou não) ser considerado patrimônio e aos possíveis conflitos decorrentes da experiência urbana.

A primeira delas foi vivida de forma mais ou menos intensa por todos os participantes. Muitas das atividades propostas pelos docentes tomavam a experiência de antepassados e pioneiros de Ceilândia como modo de se alcançar um entendimento comum sobre a própria cidade: a construção em torno da Campanha de Erradicação de Invasões (a CEI), as lutas por água encanada, tratada e para todos, por moradia, por segurança, por oferta educacional, etc. Foi assim que estudantes entrevistaram mães, pais, avós e outras ascendentes em busca de conhecer melhor não apenas o passado (relativamente desconhecido) de sua família, mas de toda uma comunidade que cresceu junto ao longo do tempo.

Este processo de descoberta da cidade – e que não deixa, também, de ser um processo de autodescoberta do indivíduo *na* e *pela* cidade – é um potente mecanismo de reinterpretação do meio em que se vive. Indo além, perceber este espaço urbano como patrimônio digno de reconhecimento e de celebração é uma forma indireta de valorização da população que ali habita.

Não houve dúvidas, neste sentido, de que a Caixa d'Água, localizada na Avenida Hélio Prates, é um ponto histórico de referência e deve ser considerado patrimônio local. A Caixa d'Água, disseram os mais velhos, é um monumento de grande significado porque representa um divisor temporal: o antes, em que não havia distribuição de água tratada para a cidade, e o depois, com saneamento básico e o consumo de água potável – momentos atravessados pela luta incessante de uma comunidade por dignidade e por respeito. O monumento, portanto, vai além de ser construção de *pedra e cal*; é constituído de histórias, valores, pessoas e significados (FONSECA, 2009), assumindo-se como um transmissor de conhecimentos e como um instrumento de cidadania.

Quando, entretanto, confrontados com as referências de jovens e crianças em torno do rap e do grafitti, muitos desses moradores antigos logo se mostraram receosos e, no limite, questionaram o porquê de tais elementos serem valorizados. O que é um conflito geracional é, nesse caso, também um conflito de quais elementos culturais devem e podem ser valorizados

Imagem 1. Desenho elaborado por aluna do CED Inkra 09, sob orientação da professora Sandra Maria Rodrigues.



Fonte: Sandra Maria Rodrigues, 2019.

– um conflito sempre em negociação e em transformação. Do mesmo modo que a Caixa d'Água representa a resistência coletiva, assim o é a linguagem com que se expressam os mais novos, como bem procuraram afirmar com suas fotografias, suas montagens e seus textos (Imagem 1).

De certo, sabemos que o conflito em torno das referências não foi solucionado no simples confronto de visões, de valores e de símbolos; de todo modo, universos culturais foram compartilhados e se tornaram mais inteligíveis um para o outro – a história de uma neta não deixa de ser, a seu modo e em seus contornos, a história de uma avó⁴.

A segunda situação ocorreu em umas das primeiras atividades desenvolvidas pela Associação Despertar Sabedoria no Sol Nascente. Após explanar o percurso do conceito institucional de patrimônio para seus alunos e suas alunas, um dos estudantes passou, então, a questionar sua docente – conforme relato pessoal dela:

– Professora, você disse tudo isso sobre patrimônio, então quer dizer que Brasília é patrimônio?

– Sim.

– E que a Catedral lá do Plano também é?

- Também.
- E que aquela Praça, onde fica o governo, é patrimônio?
- Claro que sim.
- Então, professora, patrimônio é tudo aquilo que a gente não pode tocar.⁵

Esse momento do projeto é emblemático em muitos sentidos. Destacamos três: a afirmação da distância, não somente geográfica, mas simbólica entre Plano Piloto e as cidades do DF; a vinculação do que é patrimônio ao que é monumental, ou pretensamente grandioso, fortemente entrelaçado a sua dimensão material; e a demonstração direta de que o que é considerado, no geral, como de valor em questão de patrimônio é algo igualmente considerado como inalcançável. Esses sentidos, por óbvio, comunicam-se e devem ser entendidos como parte de um mesmo conjunto simbólico de referências. Senão, vejamos.

Não é segredo para ninguém que o Plano Piloto, dentro do território distrital e do Entorno, é a região que concentra boa parte dos investimentos públicos e privados (PAVIANI ET AL, 2010) e onde está a maioria dos empregos; quando se pensa em Brasília como cidade, aliás, imagina-se imediatamente o centro do poder e os núcleos residenciais de superquadra (PATRIOTA DE MOURA; JANUZZI, 2019; DANTAS, 2020). Parafraseando Lucio Costa, Brasília como *urbs* e como *civitas*, mas com recorte de classe e raça muito bem delineado (SANTARÉM, 2013).

Na mesma linha, ressalta-se que o Iphan somente estabeleceu legislação específica para o patrimônio imaterial, aquele de raiz intangível, com o Decreto 3.551/2000⁶, no qual se firmou o registro como principal instrumento de reconhecimento e de preservação das manifestações culturais em nível federal. Decorridos 63 anos de criação de órgão federal responsável pela política de patrimônio, e após muitas lutas relacionadas a esse conceito, é que sua dimensão imaterial ganhou corpus programático e técnico.

Não é sem razão, pois, que ainda hoje, quando se pensa o que é o patrimônio, tem-se a impressão de que se esteja falando exclusivamente sobre edifícios, conjuntos urbanos e bens imóveis e móveis a eles associados. O fato de Brasília concentrar o maior conjunto urbano tombado do mundo certamente auxilia a predominância dessa noção, uma vez que, na estrutura organizacional do Iphan, acarreta montante de trabalho demasiadamente grande e, no limite, interminável (PERPÉTUO, 2016).

De modo complementar, deve-se categorizar a fala do estudante como crítica incisiva e também propositiva ao modo como, no geral, trabalhamos em relação ao patrimônio. Cabe, no escopo federal da política patrimonial, encampar esforços que objetivem fazer do patrimônio aquilo que ele sempre, por definição, deveria

ser: feito e valorizado por aqueles a quem ele faz sentido e importa. Se os monumentos do Eixo Monumental são inalcançáveis pela distância simbólica entre o Plano e a Ceilândia, um dos objetivos de uma política de educação patrimonial é trabalhar pela apropriação e reconfiguração valorativa, tanto destes bens, quanto daqueles que são assim considerados em escala local – caso, por exemplo, da Caixa d'Água, da Feira Central, da Praça do Cidadão, do grafitti ceilandense e da Praça da Bíblia, para ficarmos apenas com alguns dos citados ao longo dos meses de atividades.

Aprendizados e rumos possíveis

Começamos a última sessão deste debate com uma pergunta que atravessou todas as atividades dos Inventários Participativos em Ceilândia, que não deixa de ser, em última instância, uma sobre a qual nos debruçamos diariamente em trabalho: o que é patrimônio?

Não é nosso intuito esgotá-la, porque estamos cientes de que a resposta não somente é, como *deve ser*, múltipla, uma vez que está relacionada à diversidade da formação da sociedade brasileira e do mosaico de referências culturais que nos constituem. Algumas premissas, contudo, podem ser destacadas e ficaram evidentes no processo.

Patrimônio, por princípio, está relacionado a algo a que se atribui valor e que tem significado comum em determinada comunidade, em determinado tempo. Inteira, por isso, uma questão de escolha: dá-se valor a algo ao passo que outros elementos se tornam, nessa seara, menos relevantes. Não por menos, os conflitos acerca de ser a Catedral inatingível ou o rap algo desconfortável: o patrimônio está intimamente relacionado ao *como* algo se deu e foi produzido ao longo tempo, mas também *por quem*. Se a Constituição, em seu art. 215, no parágrafo 1º reconhece como dever do Estado a proteção “[...]das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”, bem sabemos que, durante um longo período da nossa história, inclusive na política de patrimônio, não foi assim.

Patrimônio é, ademais, um campo de conflito – as referências listadas pelo Iphan não necessariamente refletem a totalidade de manifestações culturais relevantes, mas aquelas que participaram eficazmente do processo burocrático institucionalmente estabelecido (algo, obviamente, seletivo)⁷. Não obstante, o patrimônio não é conceito cuja autoridade repousa sobre o Iphan – é considerado como valor e como patrimônio aquilo que a sociedade brasileira, em sua multiplicidade, assim reconhece.

A experiência dos Inventários Participativos é significativa quanto a esses pontos dos conflitos e das escolhas em relação ao que é patrimônio. Em se tratando

de uma região administrativa do DF que não conta com nenhum monumento tombado pelo Iphan (como é o caso de Ceilândia), ainda que com a presença de manifestações culturais registradas, isso é mais proeminente.

A escolha da Praça da Bíblia e do CEU das Artes, por exemplo, mostrou para a equipe participante do processo algo curioso. Ambos os locais não foram inicialmente referenciados pelos docentes e surgiram inúmeras vezes ao longo das atividades como pontos culturalmente relevantes. No início do projeto não apareciam, em absoluto, dessa forma. Ao se trabalhar o conceito ampliado de patrimônio e a relação necessária entre valor, pessoa e grupos de referência, entretanto, saltaram prontamente aos olhos.

Pode-se dizer que, no contato inter e intrageracional e entre diferentes pessoas e grupos em todas as escolas, apareceram referências que, de alguma forma, sempre estiveram ali. A identidade em relação a algo, a alguma coisa, a alguma manifestação, não como algo dado e a priori possuído pelas pessoas, mas como aprendizado no tempo e no espaço e interpessoalmente – descobrir-se o valor, por fim, de algo que sempre esteve consigo e com seus próprios pares.

O acompanhamento da equipe de educação patrimonial, bem como dos docentes das unidades educacionais participantes, permitiu ainda que fosse observada uma dimensão não-dita do patrimônio. Nas imagens feitas, nas ilustrações desenhadas, e nos mapas afetivos elaborados, a maior parte das referências listadas pelos estudantes diz respeito ao patrimônio material: os lugares, as estátuas, os monumentos. A princípio, poderíamos tomar essa informação como conclusiva e como possibilidade a ser trabalhada em oportunidade futura; isto é, se somente esse aspecto do patrimônio foi reconhecido, seria necessário esforço para que outras formas de manifestações também se tornassem visíveis e fossem, enfim, consideradas como importantes por esses estudantes.

Olhando mais atentamente, entretanto, o que percebemos é que os e as participantes dos Inventários estavam, desde o começo, fazendo menção e listando referências imateriais, intangíveis. Faziam-no apenas de modo indireto, como sói ocorrer quando estamos falando de cultura imaterial.

A listagem dos bens móveis e imóveis de natureza material foi feita de modo personalizado. A linguagem do rap, do grafitti, do hip hop e do funk serviu de condutor narrativo de muitos dos produtos feitos. Igualmente, quando a foto de um grupo de adolescentes retratava a Praça do Cidadão, o foco das imagens recaía sobre muros grafitados e/ou com referências afrofuturistas (Imagem 2); aconteceu algo parecido com relação à Praça da Bíblia, ao CEU das Artes e à Feira Central de Ceilândia. Se a Caixa d'Água retrata um período

Imagem 2. Jovens fazem fotografias dos muros grafitados da Praça do Cidadão, durante a oficina de fotografia promovida pelo Jovem de Expressão.



Fonte: Carolina Dantas, 2019.

Imagem 3. Desenho de estudante do CEF 27, sob orientação da professora Ingreth da Silva.



Fonte: Ingreth da Silva, 2019.

histórico da cidade e não pode ser vista, como dizem os mais velhos, descoladas de uma trajetória de lutas, pode-se dizer algo semelhante sobre esses lugares – eles existem *com* essa e *a partir* dessa linguagem. A Feira como a conhecem, portanto, é a Feira associada ao funk e ao rap (Imagem 3), e não outra – o que implica, por conseguinte, a constatação de que um mesmo lugar assume, a depender de quando e para quem, significados diferentes.

Considerações finais

O processo de compreensão do patrimônio cultural enquanto conjunto de manifestações múltiplas, híbridas e, por vezes, dissonantes é árduo. Embora seja claro que ele se iniciou, formalmente, com a Constituição Federal de 1988, podemos dizer, também claramente, que não se encerrou ali.

Ao longo deste trabalho, procuramos, mais do que falar sobre o segundo volume da *Coleção Patrimônio para Jovens*, debater alguns dos temas que emergiram durante a construção desta obra, viabilizada não

apenas pelos Inventários Participativos, mas, sobretudo, pela disposição e pelo engajamento dos sujeitos que a compuseram.

Identificamos, em Ceilândia, um conflito geracional e identitário acerca dos valores atribuídos à cidade e à formação desta. Notamos, também, que a linguagem utilizada pelos indivíduos para falar sobre patrimônio é, em si, um mecanismo de desvelamento dos múltiplos sentidos contidos na urbe.

Para além disso, tornou-se evidente que a participação dos estudantes no projeto ofereceu (a eles e a nós) uma possibilidade de redescoberta da cidade através do prisma da patrimonialização – ou, antes, do *perceber-se patrimônio*. Acreditamos que este processo tem potencial para contribuir para a formação de indivíduos com maior senso de cidadania.

De modo conclusivo, destaca-se que, na trajetória de construção dos Inventários Participativos em Ceilândia, foram desenvolvidas novas concepções locais de patrimônio, imbricadas no universo de relações das crianças, dos adolescentes e dos professores participantes. Fosse

outro grupo de pessoas, quem sabe não seriam outras as referências, outras as linguagens, outros os aprendizados. Talvez este seja um dos principais ensinamentos que puderam, e pudemos, oferecer.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a todos(as) que participaram do processo de construção coletiva do segundo volume da série Patrimônio para Jovens, em especial aos educadores que, voluntariamente, dispuseram-se a investir tempo e disposição para estar conosco: Aline Aires, Ingredh da Silva, José Nunes, Margarida Minervina, Renato Pereira e Sandra Maria Rodrigues. Fazemos nossas as palavras dos alunos do 8º ano E do CEF 27:

E de pouco em pouco fizemos a mudança
Sempre com muita esperança
Agora por meio da comida, do canto e da dança
Podemos demonstrar nossa gratidão
Por aqueles que fizeram a união
Para criar um futuro sem tanta destruição.

Notas

- 1 Letra de rap elaborada pelos alunos da Turma 8º E, do CEF 27, sob a orientação da professora Aline Rodrigues Aires.
- 2 Subtítulo retirado do filme homônimo do cineasta Adirley Queirós (2013), no qual a relação de Ceilândia com Brasília-capital é cenário de reflexões sobre desigualdade social, racismo e política institucional/partidária.
- 3 Em 2019, foram realizadas: três reuniões de alinhamento, nos dias 18 e 25 de junho, na sede do Jovem de Expressão, e 1º de agosto, na Regional de Ensino de Ceilândia; três encontros de formação de professores, nos dias 08, 09 e 12 de agosto, turnos matutino e vespertino, na Regional de Ensino de Ceilândia; e três reuniões de alinhamento e acompanhamento das atividades, também na Regional, nos dias 06 e 11 de novembro e 11 de dezembro. Além disso, o Jovem de Expressão ofereceu aos estudantes participantes, no dia 04 de setembro, uma oficina de fotografia.
- 4 O enredo do livro, ainda sem título quando escrevemos este trabalho, gira em torno da relação, desenvolvida no espaço urbano, entre a protagonista, jovem ceilandense, e sua avó, uma das muitas mulheres removidas do Plano Piloto pela Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) e, portanto, pioneira na criação de Ceilândia.
- 5 As palavras utilizadas não foram necessariamente estas, uma vez que nos baseamos em um relato recuperado de memória pela educadora Margarida Minervina, da Associação Despertar Sabedoria no Sol Nascente.
- 6 Além deste marco legal, são de fundamental importância na estruturação das políticas de patrimônio imaterial do Iphan a Resolução nº 001/2006; a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco/2003; a Portaria nº 299/2015; e a Portaria nº 200/2016.
- 7 No sentido de preservar o entendimento constitucional, é dever do Iphan, outrossim, pluralizar o escopo de suas manifestações reconhecidas, tombadas, catalogadas e valoradas.

Referências bibliográficas

A CIDADE é uma só?. Direção de Adirley Queirós. São Paulo: Vitrine Filmes, 2013 (73 min.).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 215. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_215_.asp. Acesso em: 02 dez. 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Texto de Sônia Rampim Florência et al. Brasília: Iphan, 2012.

- _____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. **Educação patrimonial**: Inventários Participativos - Manual de Aplicação. Texto de Sônia Rampim Florência et al. Brasília: Iphan, 2016.
- _____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. **Portaria n. 137**, de 28 abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília: Iphan, 2016.
- _____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. **Athos colorindo Brasília**. Organização de Thiago Pereira Perpétuo e Ricardo Costa Pinto [org.]. Brasília: Iphan, 2019.
- DANTAS, Ana Carolina Lessa. A imagem da minha insônia: Brasília, cidade-máquina melancólica. **PIXO** - Revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade, Pelotas, n. 12, 2020.
- DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento do Distrito Federal**: ensino fundamental, anos iniciais - anos finais. Brasília: Secretaria de Educação do Distrito Federal, 2018. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/curriculo-em-movimento-da-educacao-basica-2/>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- FLORÊNCIO, Sônia. Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPC**, v. 14, n. 27, esp., p. 55-89, 2019.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário [orgs.]. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. p. 59-79. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- MOURA, Cristina Patriota de; JANUZZI, Vinicius Prado. Brasília classificada: novos espaços de classe média na capital federal. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 113-134, abr. 2019.
- PAVIANI ET AL., Aldo [org.]. **Brasília 50 anos**: da capital à metrópole. Brasília: Editora UnB, 2010.
- PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização**: modos de narrar, ler e preservar Brasília. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.
- SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva. **A cidade Brasília (DFE)**: conflitos sociais e espaciais significados na raça. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.